

**“Esse é o homem, e essa é a mulher”:
gênero, sexualidade e infância em “Flor, flores, ferro retorcido”**

MARCELO DE JESUS DE OLIVEIRA*
ALEXANDRE DE OLIVEIRA FERNANDES**

Resumo: Neste trabalho, utilizamos de epistemologia queer, especialmente as proposições de Paul Preciado em “Quem defende a criança *queer*?”, para repensar questões referentes ao gênero, à sexualidade e à infância. Para tanto, tomando o conto lésbico “Flor, Flores, Ferro retorcido”, de Natalia Borges Polesso (2019), narrado em 1ª pessoa por uma criança de oito anos de idade que coloca seus pais e vizinhos frente às vossas arrogâncias ao questionar o que é ser uma *machorra* – palavra que ouvira pronunciar durante um almoço para referir-se pejorativamente à lesbianidade da personagem Florinda e, apoiando-nos nas teorizações de Paul Preciado, envidamos esforços para analisar a criança como um artefato biopolítico de normalização da heterossexualidade, bem como adensar questões próprias do autor quanto à procedência do cuidado proposto às crianças - quem, como e por que as defendem?. No intento de pluralizar as percepções quanto à análise, mobilizamos ponderações de Foucault (1987), Lauretis (1994), Louro (2004), Butler (2020), Polesso (2015; 2020). A partir disso, embora a protagonista ainda não esteja totalmente corrompida pelo sistema repressor de gênero, no conto há uma vigilância para com seu corpo em nome de um pretenso cuidado cis-hetero-cristão que atua nocivamente enquanto regulador de sua sexualidade.

Palavras-chave: Corpos lésbicos; política queer; infância.

“This is the man, and that is the woman”: gender, sexuality and childhood in “flower, flowers, twisted iron”

Abstract: In this paper, we used queer epistemology, especially the propositions of Paul Preciado in “Who defends a queer child?”, to rethink issues related to gender, sexuality and childhood. For that, we took the lesbian short story Flower, Flowers, Twisted Iron (2019), by Natalia Borges Polesso, narrated in the 1st person by an eight-year-old child who confronts the arrogance of her parents and neighbors by questioning what it means to be a *machorra* – a word she heard during lunch to refer pejoratively to the lesbianism of the character Florinda. In this context, based on Paul Preciado's theories, we attempt to analyze the child as a biopolitical artifact of normalization of heterosexuality, as well as to deepening the author's own questions regarding the origin of the care proposed for children – who, how and why are they defended? With the intention of pluralizing perceptions regarding the analysis, we gathered the considerations of Foucault's (1987); Lauretis (1994); Blonde (2004); Butler (2020); Polesso (2015-2020), and others. From this, although the protagonist is not yet totally corrupted by the repressive gender system, in the short story, there is a vigilance towards her body in the name of an alleged cis-hetero-christian care that acts harmfully as a regulator of her sexuality.

Key words: Lesbian bodies; queer politics; childhood.



* **MARCELO DE JESUS DE OLIVEIRA** é doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.



** **ALEXANDRE DE OLIVEIRA FERNANDES** é Doutor em Ciências da Literatura (UFRJ). Professor de Língua Portuguesa e Literatura do IFBA. Líder do Grupo de Pesquisa em Linguagens, Poder e Contemporaneidade - GELPOC. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGL – UESC).

Introdução

“O anormal [...] é no fundo um monstro cotidiano”
Michel Foucault (2001, p. 71).

“Yo reivindico mi derecho a ser un monstruo”
Suzy Shock (2021, s/p).

O movimento das mulheres empreendido pelas feministas brancas estadunidenses entre os séculos XIX e XX, embora tenha inicialmente adotado posturas favoráveis ao discurso estatal de controle ao corpo feminino, ao imperialismo de raça e ao patriarcalismo capitalista, logrou êxito ao propor rupturas epistemológicas aos estudos de gênero já em curso. Especialmente aos estudos das histórias das mulheres, visto que enquanto estes estudos foram por elas liderados, iniciaram-se os estranhamentos e as percepções concernentes às diferenças no cerne da própria diferença, ampliando, com isso, suas perspectivas sobre si mesmas (Scott, 1997; hooks, 2019; Lauretis, 1994). Que estranhamentos? A luta pela equidade entre gênero, como exemplo, a clara primazia do sexo masculino em detrimento do feminismo; a falaciosa perspectiva da inferioridade biológica das mulheres em comparação aos homens e das identidades várias de mulheres em um único grupo.

Tais percepções, direcionaram os estudos de gênero a obtenção de um campo epistemológico que não mais se limitava às designações de atribuições sociais a serem desenvolvidas por homens e mulheres, como produzidos no âmbito da filosofia clássica, no século XVIII¹, e ainda, que considerasse a desnaturalização da relação compulsória do sexo biológico à identidade de gênero.

No final dos anos 80, entendendo que já não mais se fazia suficiente uma epistemologia de gênero limitada às designações biológicas – homem e mulher –, este campo amplia-se de modo a também estruturar discussões concernentes às experiências homoafetivas, contrariando a heteronormatividade da época que se esforçava para enquadrar as relações afetivas e/ou sexuais entre indivíduos de igual identificação de gênero como monstruosa, patológica ou desviante, baseando-se, sobretudo, nos manuais moralistas e dos bons costumes produzidos, via de regra, por instituições religiosas e políticas.

Este novo campo, intitulado por teoria *queer* e desenvolvido incipientemente por teóricos americanos que objetivavam a positividade desta expressão, já que popularmente era utilizada em discursos de natureza depreciativa dirigidos aos homossexuais, como aquele que é “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2004, p. 38), configurou-se como esforço para ressignificar e validar o termo *queer*, espaço de acolhimento aos corpos transgressores e, de confronto às narrativas que subjuguem a população LGBTQIPA+ como inferiores àqueles que se identificam e denominam heterossexuais (Butler, 2002).

Sendo a literatura, por outro lado, sob a perspectiva do formalista russo Roman Jakobson (1884), representada enquanto a ciência de produção de violência

¹ Roquette (1997) e Michelet (1995).

organizada contra a fala comum, por via da capacidade intrínseca e própria do texto literário de reflexionar as realidades complexas, instrumentaliza as condições necessárias para discussões das problemáticas de gênero vividas pelas sociedades ocidentais. Na sombra do debate sobre o *queer*, a homossexualidade e a lesbianidade têm ganhado maior amplitude de análise, rompendo paradigmas e estereótipos produzidos por uma ficcionalização secular que reforçou a exotização destes corpos.

Diante disso, este trabalho propõe um aprofundamento às teorias dos estudos de gênero, privilegiando as teorias *queer*, em especial as proposições epistemológicas de Paul Preciado (2020) em “Quem defende a criança queer?”, com intento de analisar o conto “Flor, Flores, Ferro retorcido”, publicado na coletânea de contos lésbicos “Amora”, de Natália Borges Polesso (2019), criticando os instrumentos de moralização antiquada posta em curso quanto à (não) educação de crianças, particularmente sobre as questões de gênero e sexualidade. No caminho, provocados por Preciado (2020), analisamos a criança presente no *corpus* textual como um artefato biopolítico de normalização da heterossexualidade; assim como questionamos o pretenso cuidado dos defensores das crianças, e seu pretenso direito de educá-las como corpos invariavelmente heterossexuais.

No que tange à organização discursiva e metodológica, para além das seções de introdução e considerações finais, este artigo está estruturalmente organizado em duas outras unidades, sendo as quais “Escritora sapatão e narrativas queer infantis”, na qual discutimos elementos pessoais da vida da autora e traços específicos de seu projeto de criação literária, como a presença da memória,

da infância e das questões de gênero; na outra, “A criança e o queer em Flor, Flores, Ferro retorcido”, realizamos leitura do conto lésbico, atentando-nos aos mecanismo e dispositivos de controle e vigilância ao gênero e à sexualidade de corpos infantis.

Escritora sapatão e personagens *queer* infantis

Natália Borges Polesso é uma “escritora sapatão” (Polesso, 2020) e poeta brasileira nascida em 1981, na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Para além da literatura, dedicou-se também ao exercício da tradução e da produção de pesquisas científicas. Destaca-se, principalmente, por suas discussões concernentes às geografias homoafetivas, aos espaços reservados à literatura de autoria lésbica no contexto das literaturas ocidentais e sobre as representações de personagens assumidamente LGBTQIAPN+.

A riograndense apresentou-se ao universo literário enquanto contista em 2003, com a publicação de “Recortes para álbum de fotografia sem gente”, conquistando, mais tarde, o prêmio açoriano de Literatura, concorrendo na categoria “contos”. Logrou o prêmio “AGES — Livro do ano”, em 2016 e o “Jabutí”, em 2017, com a publicação dos contos lésbicos publicados em “Amora” (2015). Especialmente do ponto de vista literário, a bibliografia desta autora está contabilizada em um total de sete publicações autorais, em que além dos já citados anteriormente, tem-se ainda “Coração à corda” (2015); “Pé atrás” (2018); “Controle” (2019); “Corpos secos” (2020) e “A extinção das abelhas” (2021), tendo quatro deles ganhado traduções para o inglês e o espanhol.

Em “A vontade de narrar: estratégias de reparação para infâncias queer” (2020), a autora apregoa que seu projeto de escrita literária tem como extrato criativo a memória da infância e o compromisso da desobediência à normatividade. Notoriamente marcada pela sua condição de mulher lésbica, a sua literatura “tenta sempre colocar protagonistas lésbicas, bissexuais e/ou *queer* no centro das narrativas” (Polessso, 2020, p. 139), intentando o esfacelamento das representações de personagens lésbicas a partir da heteronormatização, erotização e fetichização com que foram representadas por um longo percurso da história da literatura brasileira.

Nesse sentido, se por um lado existe uma literatura que ficciona corpos lésbicos e fortalece o sistema de opressão e dominação feminina em suas mais amplas e nocivas esferas; doutro, especialmente a partir do final do século XIX, quando as ficções lésbicas friccionam o padrão de ficcionalização literária imposta pelo cânone (Arnés, 2016), esboça-se outra que “se articula a partir desse ponto de vista, que também é instável, mas definitivamente não conformista e não normativo, que é reivindicatório de espaços e está sendo ameaçado constantemente” (Polessso, 2020, p. 05).

Vieira e Figueredo (2020), no estudo intitulado “Casais felizes e relações duradouras: a representação da existência lésbica na obra *Amora*, de Natália Polessso”, consideram que a literatura produzida pela gaúcha, para além de quebrar estereótipos vários que estão comumente arraigados às existências lésbicas por meio da construção de personagens que

hackeiam a lógica de gênero e da heteronormatividade, o faz fugindo do discurso vitimista e de opressão, ainda que deixe claro o contexto da vulnerabilidade e marginalização em que vivem estas mulheres.

Além de explorar questões concernentes à lesbianidade, em seu projeto de escrita literária, a autora se aventura também no universo das crianças e adolescentes *queer*, que em razão da ditadura do binarismo de gênero e do imperialismo da heterossexualização em que vive a sociedade desde os tempos mais antigos (de Eva e Adão e não Adão e Ivo)², tem seus processos de construção de subjetividades corrompido, já que estes dispositivos e pedagogias atuam nocivamente contra corpos e experiências considerados desviantes e anormais, baseados numa hegemonia heterossexual que parece oferecer à hegemonia o direito à opressão de minorias sexuais e de gênero (Preciado, 2020).

As crianças de Natália Borges Polessso, figuras que protagonizam a maioria esmagadora de suas produções literárias, são apresentadas em contextos que desafiam assertivamente a lógica da heteronormatividade e das funções de gênero pré-estabelecidas pelo patriarcalismo capitalista. Conforme a autora, “minhas personagens infantis, sempre que surgem, são ativas, jogam bola, têm pais que as confrontam com falas violentas ou já têm pais e/ou mães LGBTQs” (Polessso, 2020, p. 139), portanto, são figuras que abrilhantam estas narrativas, especialmente, pela maneira pelas quais são representadas e como lidam com os reincidentes problemas de gênero — ora com ingenuidade própria da tenra idade, ora

² Discurso comumente proferido no intento de excluir e deslegitimar as experiências e as existências de sujeitos *queer*; e que busca

fundamento na fé cristã e na biologia para validar a homofobia.

com a expertise que inexistente em muitos adultos.

A presença frequente da “criança viada, [...] mariquinha, [...] *sapatão* ou tomboy” (Polesso, 2020, p. 140, grifo nosso) nas obras da autora é também motivada pela necessidade de amplificar vozes infantis comumente cerceadas pela “impossibilidade social [...], de sua proibição, regulação ou desvalorização social e institucional de seus discursos” (Polesso, 2020, p. 141) frente à ferocidade do que é disseminado pelos aparelhos repressores de gênero e da sexualidade, fazendo-as ser vítimas passivas do consumo do discurso classista, elitista e homofóbico sustentado pelas tecnologias de controle social.

Em “A história da sexualidade I: a vontade de saber”, o filósofo francês Michel Foucault (1979) defende o conceito de dispositivo da sexualidade enquanto “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos” (Foucault, 1979, p. 244), que objetiva o controle de corpos por via de construções sociais que deslegitimam tudo que se opõe à heteronormatividade e produz limitações quanto à produção de maneiras outras de viver e reexistir (Cassal, Gonzalez & Bicalho, 2011).

Assim, é em razão da necessidade de subversão e do esfacelamento dos mecanismos de controle de sexo e de gênero de corpos infantis que nas narrativas e poéticas de Natália Borges Polesso presentificam-se personagens infantis ou juvenis como Beatriz, Joaquim e Joana que questionam, meio a

um jantar de família, se a avó é lésbica, descortinado questões sobre a heterossexualidade compulsória e a persistência da anulação das existências lésbicas. Ou ainda, como Amora, personagem que coloca em questão as performances de gênero e as múltiplas formas de expressar e produzir subjetividades, ao afirmar que escondia os cabelos longos por dentro do boné a fim de se sentir, ainda que momentaneamente, um moleque³.

Entendemos que a literatura de Natália Borges Polesso se faz marcada pela sua condição de mulher, *sapatão* e, principalmente, de criança que um dia fora vítima dos discursos de controle e anulação de corpos e experiências transgressoras e, portanto, as proposições de temas socialmente complexos e personagens que desafiam a lógica da heteronormatividade imposta são colocadas de modo a evidenciar que a “mulher que é uma *machorra* não se submete ao desejo do capital masculinista, nem coaduna com as formas de representação dentro dos paradigmas da feminilidade em oposição à masculinidade” (Polesso, 2020, p. 144, grifo nosso).

A criança e o *queer* em “Flor, flores, ferro retorcido”

Em “Quem defende a criança *queer*?”, um dos mais emblemáticos capítulos de Um apartamento em Urano, o filósofo latino e ativista LGBTQIAPN+ Paul B. Preciado (2019), desenvolve reflexões importantes quanto aos dispositivos de controle das sexualidades de corpos infantis e da coerção de suas subjetividades. Ao passo em que resgata episódios pregressos de sua vida, reflexiona as situações nas quais, enquanto uma criança *queer*, faltaram-

³ Cf. *Vó a senhora é lésbica? E Amora*, respectivamente.

lhe com o cuidado necessário; questiona, na atual conjuntura da sociedade e vivendo um corpo adulto e transsexual: “Quem defende os direitos da criança diferente? [...] Quem defende o direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual?” (Preciado, 2020, p. 203).

No conto “Flor, flores, ferro retorcido”, Natália Borges Polesso (2019) instrumentaliza chaves substanciais para continuidade das discussões levantadas por Paul Preciado, já que apresenta ao leitor uma narrativa contada em primeira pessoa, cuja narradora e principal personagem é representada por uma criança *queer*, de 8 anos, vítima da violência de gênero e sexualidade praticada por seus pais e vizinhos, travestida de proteção e cuidado. Neste conto, é ainda retratado uma relação intrigante, sobre a qual nos ateremos com maior afinco, em que a criança pretensamente *queer*, quem constantemente tem seus direitos ao efetivo gozo de seu corpo e da experiência de existir em um mundo que não a invisibilize atacados, defende a mulher adulta, lésbica masculinizada.

No tocante ao espaço narrativo, apontamos que o conto “Flor, flores, ferro retorcido” está ambientado em uma cidade ficcional situada “na divisa entre Campo Bom e Novo Hamburgo” (Polesso, 2019, p. 57), região interiorana; e os fatos recuperados e apresentados pela personagem, vividos em 1988, como se vê em “era 1988, mas,

pensando agora, parecia tudo muito antigo” (Polesso, 2015, p. 56, grifo nosso).

A sexualidade do corpo com vulva, em especial da mulher heterossexual e cisgênero, sempre foi passível de muitas questões e dilemas que se mantém até à atualidade pelas suas raízes históricas e culturais (Del Priore, 2014). Do mesmo modo, mulheres que divergem dos enquadramentos normativos da cisgeneridade e heterossexualidade foram e são, em tempo, ainda mais estigmatizadas, de tal modo que lhes são negados, inclusive, o *status* de mulher em demanda da sua condição de sapatão, de ser o outro de um outro que já é outro de alguém⁴.

O período em que se passa o conto em análise é hoje representado como um marco na história das mulheres lésbicas e dos sujeitos *queer*, em geral, uma vez que embora tenham logrado sucesso somente em 2019, é apontado como o ano em que se iniciou a luta – incipientemente empreendida pelas feministas lésbicas – por inserção da homofobia na lista de crimes reconhecido pela Constituição Federal de 1988⁵. No entanto, a reivindicação dessas mulheres por um direito que deveria ser básico e fundamental – o de que sejam assistidas e protegidas pela lei – descortina um cenário assombroso vivido até então: o da violência e da repressão deliberada contra os corpos dissidentes.

⁴ Outro da mulher hétero, que é o Outro da mulher lésbica, ambas que são o Outro do homem do hétero.

⁵ Atentemo-nos, no ensejo, ao descaso por parte do poder legislativo brasileiro que até o momento e mesmo com inúmeras reivindicações como as incitadas em 1988, ainda não reconheceu a homofobia e a transfobia como crimes na letra da

lei. Tais crimes, pois, são hoje julgados pela lei de criminalização do racismo, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), dada a necessidade da assistência legal a corpos LGBTQIAPN+ e à morosidade do legislativo em proporcionar garantias fundamentais a estes indivíduos.

No conto em análise, a narradora-personagem, por via da memória, retorna ao seu tempo de eu-menina e apresenta ao leitor a experiência que viveu com Florinda, uma mulher lésbica que comumente está usando cabelos escorridos “como rios rebeldes sob o ombro [...], chapéu e alpargatas” (Polesso, 2015, p. 56) e é proprietária de uma oficina de ferro-velho. A experiência em questão se constrói a partir do afeto positivo e da identificação da menina para com Florinda, em contraste com negação de sua mãe quanto a qualquer investida de proximidade entre ambas, uma vez que a considerava uma má companhia para a filha, por tratar-se de uma mulher lésbica e de uma criança que deveria assumir a heterossexualidade expectada pelos pais.

O pensamento da matriarca que a faz pressupor que Florinda não poderia ser uma boa companhia para a filha coaduna com o discurso atroz da sociedade heteronormativa que subjuga as experiências homossexuais enquanto ilegítimas ou amorais, considerando-as sob um julgamento embebecido pelo moralismo religioso que sempre se esforçou para qualificar as relações sexuais entre corpos de iguais identificações de gênero como uma “abominação; crime contra a natureza; pecado nefando; vício dos bugres; abominável pecado de sodomia; velhacaria; descarração; desvio; doença; viadagem; frescura” (Mott, 2001, p. 41).

Os primeiros momentos do conto são dedicados à recuperação da memória da narradora sobre: a) a lésbica Florinda; b) as brincadeiras e amigos de infância e c) o local em que viveu, em 1988, em que sobre este último, pondera:

Minha casa ficava entre duas oficinas: a da família Klein, todos loiros de olhos perturbadoramente azuis, pai, mãe e a filhinha pequena,

não lembro o nome deles; e a da figura mais marcante da minha infância, cujo rosto eu vi uma única vez e nunca mais esqueci. As duas oficinas tinham clientelas boas, mas havia uma *tensão* entre os terrenos, *tensão* que atravessava as paredes da minha casa por ambos os lados (Polesso, 2015, p. 56, grifos nossos).

Dadas as circunstâncias subscritas, provocamos a análise de que a “tensão” tempestuosa apontada pela narradora quando descreve a posição da casa em que morou durante a infância não é provocada unicamente pela concorrência por captação de clientes em suas respectivas oficinas, pois, como visto, ambas possuíam e se mantinham com boas clientelas. Mas, sim, pelo desconforto sentido por Klein – homem hétero, cisgênero, cuja família é constituída a partir dos moldes tradicionais –, em aceitar uma mulher e lésbica a ocupar uma posição de proprietária de uma mecânica de ferro-velho e, portanto, desenvolver funções que pretensamente deveriam ser desempenhadas por outros homens: chefear e ocupar-se com trabalhos braçais.

A epistemologia do patriarcalismo capitalista que se apoia na dominação e na exploração das relações entre os gêneros sustenta a máxima de superiorizarão do sujeito masculino e heterossexual em relação a todos os demais corpos que não o são; nesse caso, dando vasão à Klein de se autocolocar como superior em razão de sua heterocisgeneridade e masculinidade. Considerando isto, mesmo que seja compreendido como um regime “muito jovem e pujante” (Saffioti, 2015, p. 63), o patriarcado potencializa a violência praticada contra as mulheres nos diferentes níveis possíveis, estruturando normas e comportamentos que devem ser por elas seguidos e produzindo

justificativas para confortar a violência e marginalização para com seus corpos.

Na esteira deste pensamento, a tensão existente entre ambas as oficinas é ainda agravada por um segundo fator, já que a personagem Florinda, para além de uma mulher que gerencia seu próprio negócio, é, também, lésbica. A indecência do discurso patriarcal que opera incansavelmente na produção da invisibilidade e do cerceamento da liberdade da mulher heterossexual, a princípio, é o mesmo que reprime mulheres lésbicas e quaisquer outras existências *queer*, que os colocam sempre em posições abjetas e que torcem para que homens e mulheres homossexuais afundem-se na marginalidade sem qualquer possibilidade de ascensão, afogando-os na precariedade social impiedosa que o próprio patriarcado e outros aparelhos repressivos financiam.

Nesse sentido, a interpelação que inicialmente se faz é: sendo a personagem Florinda uma mulher heterossexual que se ocupasse tão somente com os labores domésticos e com os cuidados dos filhos, teria Klein, um homem branco, heterossexual e provindo de uma modelo tradicional de família, dificuldade em considerá-la um sujeito de direitos?

A narrativa da tensão lesbiana proposta por Natalia Polesso se amplia quando, em um almoço de final de semana entre a família de Klein e a da personagem narradora, enquanto brincava com as demais crianças presentes, esta escuta um adulto proferir a frase “como pode uma *machorra* daquelas?” (Polesso, 2015, p. 57, grifos nossos) e, “curiosa que era, rapidamente perguntei o que era *machorra*” (Polesso, 2015, p. 58).

A pergunta da criança rapidamente desconcerta os adultos que a ouviam e, no silêncio que a palavra “*machorra*” pronunciada por uma criança de oito anos havia provocado no ambiente, sua mãe “começou a rir de um jeito esquisito, era embaraço” (Polesso, 2015, p. 58), e os homens “coçaram a cabeça e se enfiaram rápido dentro de copos de cerveja que bebiam” (Polesso, 2015, p. 58), como quem entendiam que estavam agindo imprudentemente e se davam o direito para tal, mas que precisavam impedir a criança de reconhecer suas arrogâncias.

Percebendo a insatisfação da filha com a réplica recebida dos adultos, a mãe tenta contornar a situação insinuando um desencontro daquilo que foi dito com o que fora compreendido pela criança, vejamos: “Cachorra, minha filha, cachorra [...] Eles mudaram de assunto e me ignoraram” (Polesso, 2015, p. 58). No entanto, certa de que não havia compreendido equivocadamente, a criança finge abstração e volta a ouvir a conversa entre os pais e a família de Klein, objetivando confirmar que estava certa e ouvira bem.

O que eles não estavam esperando era que eu ficasse de orelhas em pé, ligada em tudo o que falavam, e, quando voltaram ao assunto, eu preferi ficar quieta ouvindo, fingindo interesse em uma boneca, mas minha atenção estava completamente direcionada a eles. Então eu entendi que falavam da vizinha da oficina. Ela era uma *machorra* (Polesso, 2015, p. 58).

Observemos, assim, que há nesta cena duas situações amplamente problemáticas no concerne à relação crianças *versus* adultos retratada no conto. A primeira trata-se do fato de que, mesmo em suas ignorâncias, os adultos reconhecerem que a expressão *machorra* insinua uma conotação pejorativa às vivências de mulheres lésbicas – como

aquelas que são estéreis, inúteis ou sem serventia – e que, portanto, não deveriam permitir que a criança tivesse acesso à significação desta expressão. Por outro lado, ao passo em que há a privação em nome de um cuidado moral para com a criança, percebe-se a insistência e o retorno da conversa entre os adultos, que atacavam abertamente a sexualidade de Florinda, como quem tomara para si o direito da livre violação da sexualidade e da moral do Outro pelas suas condições de adulto, cisgênero e heterossexual.

Tal privação, orquestrada em demanda de um pretense cuidado que reafirma a perspectiva de que adultos heterossexuais podem violar deliberadamente a existência de homens e mulheres *queer*, já fora reflexionada por Paul Preciado (2014): “a ideia de ‘criança-a-ser-protegida’ permite ao adulto naturalizar a norma heterossexual” (Preciado, 2020, p. 02). E, por consequência, pôr no plano da exotização todas as outras que divergirem. Na película acima apresentada, a autora ilustra o pensamento de Preciado (2014) ao colocar em cena adultos que, naturalizando a normativa da heterossexualidade, se eximem da responsabilidade de prudentemente alargarem os horizontes da criança quanto a outros modos de produção de subjetividade, preferindo educar “as crianças na norma sexual e de gênero, como se fossem presumidamente heterossexuais” (Preciado, 2020, p. 04).

Outro ponto a ser observado é a naturalidade com que a mãe, ao tentar corrigir a situação que os adultos haviam protagonizado durante o almoço e com a qual fora conivente, sugere ter pronunciado a palavra cachorra ao invés de machorra, como se também não fosse problemático evocar uma mulher, independentemente de sua orientação

sexual, como tal. Conforme as esferas que regulam o pensamento hétero patriarcal, considera-se cachorra uma mulher que se permite a livre experimentação de sua sexualidade – como se possuíssem o poder do falo –, ao passo que uma mulher lésbica e cachorra significaria aquela cuja condição de ‘mal-comida’ ou que ‘não encontrou um homem certo’, vive a libertinagem e o pecado que é a homossexualidade.

Na certeza de que falavam sobre machorra e assim qualificavam a vizinha lésbica, a criança inicia, então, uma saga para efetivamente apreender a significação do conceito e o motivo pelo qual a vizinha tornara-se uma. Tendo suas demonstrações de interesse e sua vontade de saber ignoradas desde o almoço em que ouvira a expressão pela primeira vez, é somente a partir de um acidente no quintal de sua casa que a personagem elabora questões mais substanciais em relação ao termo.

No outro dia, fiquei plantada no muro para ver se a encontrava e, quando ouvi as alpargatas arrastadas se aproximando, me estiquei mais ainda por cima da cerca. *E caí*. Ela veio correndo me socorrer e me lembro da sua voz de fada me perguntando se eu estava bem, se tinha me machucado. Minha mãe saiu correndo de casa, me ergueu pelos pulsos e puxou de volta para o pátio. Ouvi um obrigada por parte da minha mãe, um de nada por parte da vizinha, seguido de um ronco de cuia. *Olhei para minha mãe e perguntei por que ela era machorra* (Polesso, 2015, p. 58, grifo nosso).

No interior de sua casa, mas ainda em uma distância em que pudessem ser ouvidas, a matriarca questiona hipocritamente a filha sobre onde ela teria ouvido a palavra machorra, e recebe prontamente a resposta de que “tinha sido no almoço do dia anterior” (Polesso,

2015, p. 59). A personagem Florinda, que do lado de fora da casa ouvia a conversa entre a vizinha e sua filha, logo compreende que no almoço estariam discutindo a sua sexualidade de maneira hostil e antiquada, retirando-se do local estalando as alpargatas “dura em direção ao galpão da mecânica” (Polesso, 2015, p. 59), demonstrando seu descontentamento e irritabilidade com a maneira pela qual fora exposta.

É a partir do modo com qual Florinda se dispersa do local e da tensão que a mãe deixa transparecer na cena em questão, que a criança passa a se preocupar, agora, com o potencial de ofensividade da expressão machorra, como se vê no trecho a seguir “*entre um soluço e outro*, eu ficava tentando entender o que era machorra e por que aquilo tinha ofendido a vizinha e preocupado minha mãe” (Polesso, 2015, p. 59), deixando-a ainda mais instigada.

O choro da criança e seus soluços são motivados pelo susto e demais consequências ocasionadas pela queda de cima de uma cerca, na qual ficou por horas esperando para ver Florinda, no intuito de identificar qualquer característica que a fizesse entender o que é ser uma machorra. Assim, diante do choro e da situação em que havia se colocado, a narradora espera da mãe o que toda criança espera de qualquer adulto na ocasião de um acidente – cuidado e proteção –, e se frustra pela ausência deles, vejamos:

Minha mãe se escorou na pia com as duas mãos no rosto e suspirou de um jeito muito preocupado. Eu fiquei em pé, limpando a terra dos meus cotovelos e verificando se estava tudo certo comigo, afinal, eu tinha caído por cima de uma cerca; *estranhamente*, minha mãe não estava preocupada com isso (Polesso, 2015, p. 59, grifo nosso).

O estranhamento da criança em demanda da ausência do cuidado, percebido de modo mais específico na fala “estranhamente, minha mãe não estava preocupada com isso”, contradiz a perspectiva da lógica “criança-a-ser-protegida” (Preciado, 2020, p. 04), pois, no contexto em que se insere o conto, a proteção e o cuidado somente estão sendo oferecidos quando se trata de um ponto específico, o da vigilância a corpos infantis para que não deixem crianças assumirem suas identidades *queer*, caso queiram. Isto porque, conforme mencionado por Preciado (2020), “os defensores da infância e da família invocam a figura política de uma criança que eles controlem de antemão como heterossexual e gênero normatizado” (Preciado, 2020, p. 32), excetuando imoralmente àquelas que descumprem com o que por eles é esperado.

A matriarca presentifica o pensamento do pretense cuidado, ou da proteção condicionada – eu cuido de ti e tu não se permite à homossexualidade – em diversas cenas do conto, afinal, a narrativa se desenvolve também a partir de sua atuação para com o cessamento do contato de sua filha com Florinda, de modo que esta última não influencie ou desperte a homossexualidade da criança, como o moralismo do pensamento religioso do século XIX fez acreditar por muito tempo que a homossexualidade possa ser influenciada por fatores sociais com as más companhias (Scardua & Souza, 2006).

Noutro momento, ainda perseguindo o sentido da noção que ouvira no almoço, a criança questiona sua mãe novamente sobre o que significa ser uma machorra, o que a faz responder “É uma *doença*, minha filha. A vizinha é doente” (Polesso, 2019, p. 58, grifo nosso). Por isso, com expertise invejável, a narradora decide cuidá-la levando flores,

já que, em seu entendimento, “se a vizinha estava mesmo com machorra, seja lá que doença fosse aquela, alguém precisava ir lá e desejar boas melhoras” (Polesso, 2019, p. 58), logo sendo reprovada – ainda que afetuosamente – por sua mãe: “minha mãe me abraçou bem forte e disse que eu era uma boa menina, e por isso não poderia brincar perto da oficina” (Polesso, 2015, p. 60), local onde residia e trabalhava Florinda.

A reação da mãe diante do ocorrido é ao mesmo tempo, conflitante e paradoxal, pois, no primeiro momento, há um discurso que se faz pela afetuosidade positiva, uma vez que a mãe reconhece a bondade da filha frente à sua capacidade de se colocar no lugar do outro; no entanto, se funda na arrogância da heteronorma, ao supor que por se tratar de uma boa menina não poderia se permitir a ocupar os mesmos espaços que uma mulher lésbica.

Este é, inclusive, um estereótipo secular e que ainda assombra a comunidade LGBTQIAPN+ na atual conjuntura social. A imagem de um corpo sujo, digno de escárnio e símbolo da perversão humana seguem os homossexuais desde os anos 1980, quando a sociedade brasileira viveu um surto de AIDS e quando, nas palavras de Pelúcio (2016), “um surto de ignorância médica ressuscitou palavras medievais como ‘peste’ e ‘praga’” (Pelúcio, 2016, p. 129, grifo no original), para designar e colocar a Síndrome da Imunodeficiência Humana como próprio aos corpos *queer*, os fazendo uma companhia não desejável.

De retorno ao conto, cabe ainda polemizar o estado patológico que a mãe atribui às experiências de mulheres lésbicas ao pontuar que Florinda estaria doente, sofrendo por machorra. O desenquadro à norma heterossexual, por um esforço dispersado expressivamente

pela psiquiatria e pelo pensamento religioso do século XIX, sexualidades ‘desviantes’ foram consideradas patológicas e natureza judicial e moralmente transgressora, portanto, passíveis de tratamento e punições (Ceccarelli, 2011).

A patologização da homossexualidade alimenta a produção da violência contra os corpos abjetos, colocando-os, em razão de suas orientações sexuais, como um corpo não passível de luto, incapaz de produzir sensibilidade e, portanto, sugestivo ao extermínio (Butler, 2015). Nesse contexto, nas palavras de Leite Junior (2012), “o que causa a agressiva reação com que essas pessoas são tratadas [...] é o fato de já ser compreendidas dentro de uma categoria (científica, religiosa ou jurídica) de desvio, de ‘monstruosidade’ que legitima e autoriza a violência contra elas” (Leite Junior, 2012, p. 566, grifo no original).

Mais tarde, percebendo a incapacidade dos adultos em respondê-la assertivamente, o que significa ser uma machorra “sem que sua ruindade e sua precariedade humana fiquem evidentes, mesmo até sua perversidade” (Polesso, 2020, p. 145), a criança apresenta sua ignorância e a vontade de saber a sua vizinha e melhor amiga de infância – Celói –, que, revirando “os olhos como quem chama alguém de arrogante” (Polesso, 2019, p. 61), explica:

não disse nada, me pegou pela mão e me levou até o quarto dela, pegou um ursinho peposo e duas barbies. Muito bem, não eram barbies, eram imitações, mas davam para o gasto e serviriam muito bem para o que ela me explicou. Eu tinha oito anos, a Celói tinha onze ou doze. Ela pegou uma boneca e o ursinho e começou a explicação. Esse é o homem e essa é a mulher, quando os dois se amam, vão para o quarto e ficam assim – e colocou um ursinho em cima do

outro – teu pai e tua mãe fazem isso e é por isso que tu existe e teu irmão também. Eu sacudi a cabeça e tentei acompanhar o raciocínio. Depois ela pegou as duas bonecas, fez a mesma coisa e disse que tinha gente que fazia daquele jeito. Isso é machorra, mas é feio falar isso, meu pai disse (Polesso, 2019, p. 61).

A personagem Celói, ao tentar explicar à narradora o que é e como se relacionam as mulheres machorras, lança mão de um construto discursivo baseado em um dispositivo pedagógico de controle de corpos e identidades sexuais que se ocupa em normatizar a heterossexualidade a partir da oposição entre macho e fêmea, homem e mulher e outros binarismo e fundamentos biológicos e religiosos. Uma vez considerado norma, portanto, o indivíduo empreendido como não natural ou desviante por não corresponder ao que a heterossexualidade propõe, estará sujeito a passar por situações embaraçosas ou constrangedoras, em que os opositores da liberdade de ser e relacionar-se com quem quiser, fundamentam discursos tais quais: “um homem tem de ser homem, e uma mulher, mulher”, ou ainda, “o natural é a união de um homem e uma mulher, por isso homossexuais são estéreis” (Preciado, 2020, p. 320).

Com duas bonecas e um urso, portanto, a personagem Celói consegue explicar a sua amiga e narradora deste conto – duas crianças, esta de 8, aquela de 11 anos – o que os adultos não conseguiram durante toda a narrativa. Ainda que corrompida pela ideologia da diferença e da heterossexualidade normativa, em um universo pretensamente adulto, a personagem é capaz de identificar a relação sexual e afetiva moralmente aceita quando insinua o ato libidinoso entre o urso – imagem masculina –, e a boneca - imagem feminina –, do mesmo

modo em que, ao unir os corpos das duas bonecas, amplia os sentidos da narradora em relação às experiências da lesbianidade.

No fim da cena, a personagem Celói aponta ainda rumo a uma observação proposta pelo pai, em palavras exatas “mas é feio falar isso, meu pai disse”, já compreendendo que o sentido atribuído à machorra, para além de ofensivo, não dá conta de expressar as experiências de mulheres lésbicas. No entanto, se retornarmos ao episódio do almoço, constataremos que os adultos representados, no intento de proteger e educar a criança, estiveram, na verdade, “protegendo o poder de educar seus filhos segundo a norma sexual e de gênero, como supostos homossexuais, concedendo-se o direito de discriminar todas as formas de dissidência ou desvio” (Preciado, 2020, p. 320).

Apesar do esforço dispensado por sua amiga de infância e pelos adultos que compunham seu núcleo de convivência social e cotidiana no que tange à elaboração de sentidos para expressão machorra, a perseguição conceitual empreendida pela personagem narradora durante o conto em análise é encerrada com conclusões elaboradas pela própria criança. Para ela, é evidente que não seria em sua casa, lugar que deveria proporcionar-lhe segurança, proteção e instruções básicas, que conseguiria compreender o que é ser uma machorra; do mesmo modo que, o fato de terem a ignorado, insinuado ter ouvido erroneamente ou terem se escondido nos copos de cerveja que bebiam durante o almoço em que fizera o primeiro questionamento, clarifica a pouca eficiência em tratar com seriedade questões referentes às sexualidades dissidentes por parte dos adultos.

A outra criança, por sua vez, consegue uma maior substancialidade ao tentar ilustrar as relações que se dão entre homens e mulheres e mulheres e outras mulheres. No entanto, também tem suas proposições desacreditadas, pois, no pensamento já não normativo da narradora – ou autodecapitado, como diria Preciado –, conclui que “bonecas eram bonecas, ursos eram ursos e machorras eram machorras” (Polesso, 2019, p. 62), como um ato de crítica ao pensamento binário e às pedagogias de controle de gênero e anulação de outras formas de experienciar corpos e suas respectivas sexualidades. Corrompida pela lógica binária, que conforme Polesso (2017) “não consegue conceber as relações humanas fora da heteronorma, [...] em que o homem é o sujeito universal” (Polesso, 2017, p. 174), a personagem Celói conclui que sua amiga é, pois, também uma machorra, já que uma vez exposta aos dispositivos e às pedagogias reguladoras de gênero e sexualidade, a narradora demonstra não se perfilar cartesianamente a somente um, ou sempre a mesma opção proposta, como na cena que segue:

Tu gosta mais de boneca ou de carrinho? Depende de qual boneca e de qual carrinho. [...] Prefere dançar Xuxa ou brincar de pegar? Eu não sabia responder, porque tudo dependia e eu não estava entendendo aonde ele queria chegar. Tá bem, gosta de rosa ou azul? Gosto de verde. [...] Gosta mais de mim ou do Cladinho? [...] De ti, é claro, eu respondi. Então tu é *machorra*.

A vigilância aos corpos infantis se faz de modo a naturalizar e propor como social, religiosa e legalmente aceito somente o que é apregoado pela heterossexualidade, ao passo que designa ser “monstro”, “diferente”, “não natural” tudo o que subverte às

normativas cisgênero, binária e heterossexual. A personagem Celói, percebendo que a narradora não sabe de prontidão definir se gosta mais de azul ou rosa, Xuxa ou pegar – cores e brincadeira no imaginário popular próprias para meninas e outras para meninos –, logo identifica como lésbica sua amiga, afinal, conforme a lógica pedagogizada pela heterossexualidade pela qual fora ‘cuidada’, meninas gostam de rosas e meninos de azul e quem gosta de verde, por exemplo, está no não-lugar de ser alguma coisa ou de ser machorra.

Nessa esteira, portanto, é possível perceber como a sexualidade na infância é configurada como um sistema heterogêneo de poder, exercido por um universo adulto que, fingindo cuidar de crianças, dá-se o direito de normalizar e regular corpos e sexualidade (Foucault, 1987), assim como coibir a produção de subjetividades outras. Há no conto, pois, a atuação de um dispositivo geracional que regulou a sexualidade dos adultos que educaram Celói, esta que em sua ingenuidade reproduz a violência a qual fora submetida e junto aos demais cerceia a possibilidade da narradora de ser o que quiser ser, limitando-a entre ser homem ou ser mulher, uma vez que tudo além disso é estar doente, ser monstro, digno de morte.

Além disso, a frustração de Celói ao não ter suas expectativas supridas pela narradora que, mesmo sem compreender como operam as esferas da ideologia do gênero, demonstra negação ao sistema de controle de corpos infantis, é outro elemento que auxilia a compreensão do gênero e da sexualidade como instrumento biopolítico de produção de heteronormas (Butler, 2003).

Para Junior, Tonelli & Beira (2021, p. 377, grifo no original), “quando se afirma ‘é um menino!’, não estamos descrevendo um menino, mas criando

um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como menino”. Nesse sentido, pais adultos, embebidos pela compulsividade da heterossexualização, passam a adotar e criar normas a serem severamente seguidas por aquele corpo, isto é, passam a vigiar “os berços infantis para transformar todos os corpos em crianças heterossexuais” (Preciado, 2020, p. 153) e se frustram quando diante de um corpo-monstro, violentando-o, pois, na verdade, o que estão mesmo protegendo é somente “o poder de educar seus filhos segundo a norma sexual de gênero, como supostos heterossexuais, concedendo-se o direito de discriminar todas as formas de dissidência ou desvio” (Preciado, 2020, p. 155).

Na incapacidade de todos, a narradora acaba por concluir, frente a frente com Florinda, que já não importa saber o que é ou não ser machorra, e que estava tudo bem ser como Florinda, como diagnosticou Celói, uma vez que diferente dos demais, a criança não a percebia como sujeito de repulsa, mas, sim, com “a flor mais bonita que eu já tinha visto” (Polesso, 2019, p. 63).

Considerações finais

Neste trabalho, objetivou-se a reflexão das questões concernentes ao gênero, a sexualidade e a infância a partir do conto “Flor, flores, ferro retorcido” (2019), privilegiando os aspectos relacionados à violência de gênero, ao cuidado às crianças em nome da lógica hétero cristã e à vigilância heterossexual para com corpos infantis. O projeto de criação literária da riograndense Natália Borges Polesso, que sem pudor se reconhece e nomeia como “mulher, escritora e sapatão”, parte da necessidade de subversão a um padrão de literatura que fccionam corpos lésbicos a partir de estereótipos vários, apresentando-as, quando são de fato apresentados, como

um corpo ao mesmo tempo, estranho e desejáveis puramente ao sexo.

No conto seletto como *corpus* textual desta pesquisa, há elementos claros desta subversão. A autora, como faz comumente, apresenta como protagonista uma criança de oito anos que questiona repetidamente o que é uma machorra – mulher lésbica masculinizada. A pergunta, então, é surta intencionalmente de modo a balancear as estruturas que sustentam os apontamentos compulsivos da heteronorma e do pretenso cuidado para com as crianças, intentando desembocar em questões severamente obstruídas pelo moralismo religioso e negligenciadas pelos aparelhos repressores de gênero e sexualidade.

Como resultado do questionamento da criança, tem-se uma tensão que se alastra tomando a totalidade do ambiente. Os adultos heterossexuais, que frequentemente se colocam como defensores das crianças, impelidos pela venda de uma heterossexualidade que ditam e normatizam regras a serem seguidas, não conseguem elaborar uma resposta para a narradora sem que fiquem evidentes suas arrogâncias e suas incapacidades em legitimar e/ou respeitar outras possibilidades de experiência da efetividade e da sexualidade, caso queiram.

Na incapacidade de resposta, a mãe lança mão de um discurso que coaduna com o que fora produzido e veiculado pelo pensamento religioso judaico-cristão do século XIX, e mais tarde pela psiquiatria, reforçando a patologização das sexualidades que divergem do que é colocado como norma, natural do ser humano – a heterossexualidade.

A nocividade da heteronorma corrompe tempestivamente o pensamento das próprias crianças-a-serem-protegidas, pois, como visto no conto, assumindo uma responsabilidade que deveria ser de inteira incumbência daqueles mais bem instruídos, a personagem Celói, outra criança, tenta explicar o que é ser uma machorra, dada a insistência da narradora. Ao fazê-lo, percebe-se um discurso que encontra a lógica do binarismo de gênero, um artefato repressor da sexualidade, já que preconiza o sexo hétero como o único desejável e legítima, portanto, tão somente a existência de sujeitos enquadrados na norma. Na situação que a personagem coloca a narradora, por exemplo, nenhuma outra posição legítima é proposta – ou é homem, ou é mulher, ou é machorra e, portanto, doente.

Observa-se que o conto descortina diversas problemáticas de gênero e sexualidade na infância, ocasionado por um sistema de controle do sexo e do gênero. No entanto, há, na contramão do sistema, uma protagonista que não se deixa ser vencida pelo aparelho de repressão, de modo que rejeita as pedagogias de gênero, não se limitando aos enquadramentos do que é apresentado enquanto tipicamente para meninos ou meninas. Por outro lado, vê-se que há uma vigilância por parte dos dispositivos de gênero e sexualidade, evidenciados especialmente pelas atitudes da mãe, cuja maior preocupação está em transformar este corpo infantil impreterivelmente em um corpo hétero.

Com isso, para além de atentar-se ao fato de que os pretensos cuidadores das crianças, na verdade, estão utilizando-as para normalizar a heterossexualidade e colocar no plano do repúdio todos os demais corpos que não o forem, com este trabalho pretendeu-se também reafirmar

que é “preciso defender o direito das crianças, de todas as crianças, de serem consideradas como subjetividades políticas irredutíveis a uma identidade de gênero, de sexo ou de raça” (Preciado, 2020, p. 103).

Referências

- ARNÉS, Laura. **Ficciones lesbianas: literatura y afectos en la cultura argentina**. Buenos Aires: Madreselva, 2016.
- BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
- CASSAL, Luan Carpes Barros; GONZALEZ, Aline Monteiro Garcia; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, v. 42, n. 4, 2011.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Enfrentamento à patologização e à homofobia. **Publicação do Conselho Federal de Psicologia**, p. 229-238, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e o feminismo**. 3º ed. Rio de Janeiro: Rosa do tempo, 2020.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.
- LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, aug. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho.** Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOTT, L. A REVOLUÇÃO HOMOSSEXUAL: O PODER DE UM MITO. **Revista USP**, [S. l.], n. 49, p. 40-59, 2001.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado—estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@ I**, p. 123-136, 2016.

POLESSO, Natalia Borges. A vontade de narrar: estratégias de reparação para infâncias queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 9, p. 138-153, 2020.

POLESSO, Natália Borges. **Amora**. 1º Ed. Porto Alegre: não editora, 2015.

POLESSO, Natalia Borges. Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. UNB: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, 2020.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; BEIRAS, Adriano.

Gênero, sexualidade e infância: corpos e formas de governo em investigações criminais no Brasil. **La ventana**, Guadalajara, v. 6, n. 52, p. 368-397, dic. 2020.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SCARDUA, Anderson; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 19, p. 482-490, 2006.

SCOTT, Joan. A História das Mulheres. 2011. In. BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 2011.

VIEIRA, V. F.; FIGUEIREDO, E. Casais felizes e relações duradouras: a representação da existência lésbica na obra "Amora", de Natalia Polesso. **Anuário de Literatura**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 67-76, 2020.

Recebido em 2023-06-23

Publicado em 2023-12-01